



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2019

(Da Sra. Erika Kokay e da Sra. Maria do Rosário)

Requer a realização de audiência pública para discutir os efeitos do Decreto Nº 9.795/2019, que modifica a estrutura do Ministério da Saúde e desmonta a política de enfrentamento ao HIV/Aids.

Senhor Presidente,

Com amparo no art. 255 do Regimento Interno desta Casa, vimos requerer a realização de audiência pública para discutir os efeitos do Decreto Nº 9.795/2019, que modifica a estrutura do Ministério da Saúde e desmonta a política de enfrentamento ao HIV/Aids. Para debater o tema, solicitamos que sejam convidados/as:

- I) Ministério da Saúde;
- II) Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids;
- III) Unaid's Brasil;
- IV) Conselho Nacional de Saúde;
- V) Fórum de ONGS Aids – RS;
- VI) Anaid's.

JUSTIFICAÇÃO

O Decreto Nº 9.795, de 17 de maio de 2019, modificou a estrutura do Ministério da Saúde. Por meio desse decreto, o Departamento de IST, Aids e Hepatites Virais passa a se chamar “Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis”.

Não se trata apenas de uma mudança na nomenclatura. Significa o desmonte do Programa Brasileiro de AIDS. O governo, na prática, extingue de maneira abrupta e irresponsável um dos programas de AIDS mais importantes do mundo, que foi, durante décadas, referência internacional na luta contra a Aids. Mais do que um programa, esse Decreto enterra uma experiência democrática de governança de uma epidemia baseada na participação social e na intersetorialidade.

A relação única de combate e colaboração com uma pujante sociedade civil, a decisão corajosa de oferecer tratamento antirretroviral universal e gratuito, a ousadia nas campanhas de prevenção fizeram a resposta brasileira ao HIV destaque em inúmeros foros internacionais e inspiraram outros países em desenvolvimento.

O marco simbólico de ter uma estrutura de governo voltada para o enfrentamento a Aids é indicativo da importância que se dá a epidemia e a essa fundamental política.

Face ao exposto e à urgência do tema, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a realização da presente audiência pública com a participação dos convidados supramencionados.

Sala das Comissões, em _____ de 2019.

Dep. **ERIKA KOKAY – PT/DF**

Dep. **MARIA DO ROSÁRIO – PT/RS**